

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MÉXICO: DESENVOLVIMENTO E ACESSO *

Esteban Hernandez Perez**
José Manuel Trujillo

1 – A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MÉXICO

a) Situação e Natureza

O ensino superior é o nível em que culmina o nosso sistema educacional, o que implica que não deva ser ele considerado de forma isolada, mas em relação aos ciclos educacionais que o precedem.

A educação superior mexicana constitui um sistema complexo e qualitativamente diferente. Estas características provêm, em parte, da grande autonomia de funcionamento que suas instituições têm na estrutura global do processo educativo nacional. As funções desempenhadas pela educação superior, para obter eficiência interna e satisfazer às exigências externas, especialmente no campo da pesquisa, determinam suas diferenças dos demais níveis educacionais. O desenvolvimento dessas funções (que serão explicadas no parágrafo seguinte) depende de um conjunto cada vez mais complexo de variáveis endógenas e exógenas e está regulamentado por normas jurídicas e políticas que, em última instância, refletem as relações predominantes da estrutura econômica e do funcionamento da sociedade.

O ensino superior mexicano realiza-se por intermédio de instituições que, no seu conjunto, podem ser classificadas em públicas ou particulares, em autônomas ou estatais, em universidades ou institutos tecnológicos, ou de índole diversa. Estas instituições, ainda que diferentes em virtude de seu regime legal, ou pelas áreas formativas a que se dedicam, constituem, antes de mais nada, unidades sistêmicas que, para preservar a cultura, formar profissionais nos diversos

* Tradução de Sílvia Cintra Franco, do Departamento de Seleção de Recursos Humanos da Fundação Carlos Chagas.

** Vice-Diretor de Graduação e Pesquisa da Secretaria de Educação Pública – México, DF.

campos do saber, exercitar a investigação, renovar o conhecimento e estender os benefícios da cultura, empregam insumos e recursos, aplicam processos e obtêm produtos. Devido à natureza do ensino superior e não obstante sua diversidade, todas as instituições educacionais deste nível cumprem objetivos comuns. Conseqüentemente, e vale a pena insistir, seu complexo universo constitui um campo no qual se faz necessário estabelecer um sistema específico de planejamento permanente, com vistas a satisfazer às exigências institucionais e às necessidades do desenvolvimento regional e nacional.

b) Funções Substantivas

A docência, a pesquisa e a difusão da cultura são funções básicas do ensino superior, que se apóiam nas atividades acadêmico-administrativas. Por sua importância, todas elas são fundamentais no desenvolvimento institucional e, relacionadas com os objetivos do ensino superior, constituem a razão de ser do sistema no conjunto.

c) Áreas Formativas

O ensino superior mexicano, à semelhança de outros sistemas educacionais avançados, é complexo. Sua natureza e funções permitem-lhe organizar-se em três áreas formativas principais: a científica, a tecnológica e a humanística. As experiências da sociedade e os conhecimentos são ordenados e transmitidos curricularmente mediante planos de estudo, metodologias e carreiras nas várias instituições. Não obstante estas características, o desenvolvimento harmônico e equilibrado das três áreas fundamentais constitui um paradigma de organização e funcionamento institucional, desejável em todos os países modernos.

d) Seus objetivos:

- formação de profissionais, nos diversos campos do saber — a ciência e a técnica —, capazes de servir à sua comunidade com eficiência e responsabilidade;
- exercício da pesquisa como tarefa permanente de renovação do conhecimento e como ação orientada para a solução, em diversas escalas, de problemas nacionais, regionais e locais;
- extensão dos benefícios do ensino superior e da cultura a todos os setores da comunidade com vistas à integração, superação e transformação da sociedade.

A relação existente entre funções básicas e objetivos do ensino superior, para fins de planejamento educacional, obriga a distingui-los conceitualmente. Nesse sentido, as funções básicas, consideradas em si mesmas, são os meios imprescindíveis através dos quais as instituições realizam, na medida de suas possibilidades, os objetivos do ensino superior.

Contudo, para promover os objetivos deste nível educacional, além de se levar em conta a distinção feita anteriormente, é necessário situar o sistema de ensino superior na realidade econômico-social do país e precisar o papel que desempenha em seu desenvolvimento histórico. Com este fim, podem assinalar-se os seguintes aspectos:

- a) nossas instituições de ensino superior fazem parte da formação social mexicana e, em seu conjunto, constituem um sistema superestrutural exigido e necessário ao funcionamento e desenvolvimento da sociedade;
- b) nosso sistema de ensino superior, se bem que se relacione com o sistema de produção e a estrutura social do México, entretanto, não se adequou completamente às exigências concretas dos setores produtivos e às necessidades dos diferentes setores sociais para acelerar o desenvolvimento de uma educação nacional, científica e democrática;
- c) a educação superior mexicana se sustenta e se desenvolve como função específica da política

estatal destinada a obter o sustento científico e tecnológico do país. A ela é concedido financiamento público quase total, outorga-se-lhe capacidade legal para formar recursos humanos altamente qualificados e, em última instância, o Estado, que representa e dirige a sociedade mexicana, protege o sistema de ensino superior com medidas políticas e jurídicas para que suas instituições cumpram suas funções básicas, desenvolvam suas áreas formativas e realizem os objetivos do ensino superior.

Estes aspectos determinam que os objetivos da educação superior devam refletir os interesses nacionais baseados em nossas próprias características e circunstâncias históricas. Conseqüentemente, o sistema de ensino superior foi criado e se desenvolve para cumprir os seguintes objetivos:

- 1) ser um componente essencial e permanente do desenvolvimento e da independência da sociedade mexicana;
- 2) participar eficientemente no fortalecimento da capacidade nacional para assimilar e produzir avanços científicos, tecnológicos e de outras espécies e incorporá-los ao desenvolvimento do país;
- 3) contribuir para o incremento da produção em seus diversos setores, para a exploração adequada dos recursos naturais, para a obtenção de uma justa distribuição da riqueza e para a elevação dos níveis de vida da população;
- 4) auxiliar ativamente na extensão dos serviços educacionais, sociais e assistenciais com o fim de realizar o desenvolvimento integral e humanizado do indivíduo sobre bases efetivas de liberdade, segurança e solidariedade social;
- 5) comprometer-se, sem restrições, na conformação de uma autêntica consciência cívica para assegurar a participação democrática do cidadão nas decisões públicas;
- 6) participar na transformação da sociedade atual para que o país, mantendo seu caráter nacional na convivência e relações internacionais, se adapte às mudanças que se operam em nossa época e àquelas que o futuro nos imponha.

2 – EVOLUÇÃO E ESTADO ATUAL DO ENSINO SUPERIOR

No sistema nacional de educação, o ensino superior é exercido por instituições públicas – estatais e autônomas – e particulares – livres e incorporadas. Costuma-se dividir esse conjunto de instituições em dois grandes setores: o universitário e o técnico. Há desde aquelas instituições que oferecem somente uma carreira de estudo profissional até aquelas que contam com 40 ou mais carreiras em áreas diversas; algumas têm menos de 1.000 alunos enquanto que outras registram mais de 100.000 e a maior chega aos 250.000. Na maioria delas, ministram-se cursos de nível médio superior e licenciatura, e muito poucas oferecem a pós-graduação. O número de instituições cresce a cada ano e, na maior parte, também aumentam os serviços, o corpo docente e a população escolar. Em 1976-1977, registrou-se um total de 526.504 alunos em licenciatura e estima-se que, no período escolar 1977-1978, esta cifra tenha aumentado em mais de 100.000 alunos, de acordo com a taxa de incremento da população escolar deste nível, identificada em 15 a 18% anual.

O aumento do número de estudantes de nível superior mostra, sem dúvida, um aspecto positivo no desenvolvimento do país, na medida em que uma população cada vez maior se integra a estudos superiores, mas exige também um esforço global para analisar e prever, imediatamente, seus efeitos em um sistema educacional submetido a um crescimento compulsivo, e sua relação com a qualidade da educação, as necessidades nacionais e a oferta de emprego. Em relação a este último fenômeno, pode-se dizer que o ensino superior vem funcionando como um paliativo, nem sempre conveniente, ante o sério problema de desemprego que enfrenta nossa sociedade.

O ensino superior incide notavelmente na sociedade mas, ao mesmo tempo, é condicio-

nado por esta e reflete, em grande medida, a situação dominante no contexto sociocultural de que forma parte, como o testemunham algumas cifras básicas. Nos últimos dez anos realizaram-se esforços por descentralizar os serviços da educação de nível superior, mas tão somente conseguiu-se inverter estas porcentagens, isto é, anteriormente, a maior porcentagem situava-se no Distrito Federal, no entanto, esta situação é explicável se se levar em consideração o fenômeno geral de centralização que caracteriza o país. O problema pode ser avaliado em toda a sua gravidade se à população escolar do Distrito Federal acrescentarmos a de suas entidades federativas cujas capitais, Nuevo León e Jalisco, são indiscutíveis pólos de desenvolvimento. Nestas três cidades concentram-se 65% de toda a população escolar de nível superior. É oportuno mencionar aqui — mas com a devida cautela — que ainda não se tem uma correlação entre os serviços e os recursos econômicos disponíveis que reflitam equidade entre o Centro e os Estados da República.

Atualmente existem mais de 250 instituições de ensino superior e a cifra continua aumentando. A maioria delas é pública (universidades autônomas e estatais, instituições técnicas e agropecuárias dependentes da SEP, de outras Secretarias de Estado e das entidades federativas) e se complementa com aproximadamente 110 particulares. No entanto, a distribuição da população escolar indica uma porcentagem notoriamente maior nas primeiras, que corresponde, aproximadamente, a 86%, situação que, com poucas diferenças, se manteve nos últimos anos. Esta circunstância pode ser explicada se se considera que a política educacional do Estado se orienta no sentido de ampliar as oportunidades de educação para todos os mexicanos; por outro lado, e levando-se em conta que, como resultado desta política educacional, a população escolar aumenta nos graus de ensino primário e secundário, a conseqüência se faz sentir na demanda de ingresso, cada vez maior, ao nível médio superior, situação que se reflete na taxa anual de incremento assinalada antes, que corresponde, fundamentalmente, às instituições públicas, e entre estas, com índices mais acentuados, às universidades. Em geral, pode-se afirmar que o total da população escolar atendida nos níveis médio superior e superior, duplicada nos últimos cinco anos, é resultado direto da posição adotada por todas as instituições públicas de satisfazer, na medida do possível, a demanda social de educação nos níveis assinalados.

A composição da população escolar ao nível de licenciatura, por áreas de estudo, pode ser considerada, de certa forma, como resultado da crescente demanda de ingresso antes assinalada; neste sentido, a orientação da matrícula revela o especial interesse da população escolar por certos cursos profissionais, situação que pode não corresponder, necessariamente, às urgências de um país em processo de desenvolvimento. Do total de estudantes registrados no nível de licenciatura, no período escolar 1976-1977, 33% corresponderam às carreiras da área de ciências sociais e administração. Diante desta porcentagem, a da área de engenharia e tecnologia diminuiu para 30%, enquanto que a porcentagem das carreiras da área de saúde foi de 22%, e somente em medicina registraram-se 16%. O restante distribuiu-se entre as áreas agropecuárias, de ciências exatas e naturais e de humanidades, nesta ordem.

O comportamento da matrícula revela, por um lado, a tendência da demanda social do ensino superior, mas, ao mesmo tempo, mostra concentração de população escolar em determinadas áreas, o que, seguramente, é resultado de inércias sociais e prestígio da oferta educacional e da importância de certas carreiras para o desenvolvimento nacional. Daqui se depreende a necessidade de projetar, para todos os sistemas, programas de orientação vocacional e de informação profissional que permitam uma melhor seleção de matrícula, de acordo com os objetivos do planejamento educacional.

A distribuição dos cursos de pós-graduação e sua matrícula, incrementada notavelmente nos últimos anos, demonstram, de um lado, os esforços das instituições para desenvolver este tipo de cursos, mas, também, revelam condições semelhantes aos cursos de licenciatura. De 6.345 alunos inscritos para o ano escolar 1970-1971, chegou-se a 25.583 em 1976-1977, crescimento que responde a uma taxa média anual de 24,5%. Aqui, também, se apresenta o problema da concentração, mas de forma mais acentuada, pois as instituições do Distrito Federal reúnem, no ciclo letivo que se acaba de citar, 77,4% da população registrada em todo o país. Utilizando o mesmo procedimento usado para os cursos de licenciatura, chega-se a uma concentração de 95%

nos cursos de pós-graduação das mesmas três entidades federais: Distrito Federal, Nuevo León e Jalisco. Aqui, cabe assinalar que, enquanto a nível de licenciatura, se conseguiu estabelecer uma tendência à desconcentração; na pós-graduação, observa-se uma situação inversa.

Os cursos de pós-graduação integram uma grande diversidade de especialidades. Do total destas, 60% correspondem às áreas de ciências biomédicas, ciências sociais e engenharia, e 9% à área de administração; no entanto, enquanto aquelas têm somente 50% da matrícula, esta última absorve 30% da população escolar.

É pertinente assinalar que os cursos de pós-graduação — com um crescimento acentuado nos últimos anos — receberam especial atenção das universidades e instituições de ensino superior de várias entidades federativas. Contudo, a capacidade instalada e a disponibilidade de recursos humanos de alto nível são fatores que incidem, a nível institucional, no ritmo de crescimento deste tipo de cursos, seguindo-se, assim, um processo de concentração que somente se poderá corrigir mediante programas especiais orientados com este propósito e através dos quais se chegue, não somente à desconcentração dos recursos, mas também à qualidade do ensino.

3 — INSTITUIÇÕES E MATRÍCULA DE ENSINO

A crescente população estudantil, nos níveis médio e superior, demanda, nestes últimos anos, maiores oportunidades para realizar estudos de licenciatura e pós-graduação.

Para atender a esta demanda, aumentou-se o número de instituições de ensino superior, sendo que algumas delas, como a Universidade Nacional Autônoma do México, o Instituto Politécnico Nacional, a Universidade Veracruzana, a Universidade Juárez, do Estado de Durango, o Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey, etc., estabeleceram novas escolas descentralizadas e, além disso, a maioria dos centros de ensino superior iniciou novas carreiras.

Incluem-se 260 instituições de ensino superior que, de acordo com sua natureza jurídica, classificam-se da seguinte maneira: oficial, particular e particular-livre.

A estrutura acadêmica das 260 instituições de ensino superior distribui-se nos seguintes níveis de ensino: pós-graduação, licenciatura, médio superior (*bachillerato*), médio profissional, médio básico (secundário) e médio elementar. Portanto, é importante considerar que o conteúdo dos cursos dos dois primeiros níveis corresponde aos que se ministram em todo o país, enquanto que o dos demais níveis somente corresponde aos cursos que se oferecem nessas 260 instituições. Assim, 75 instituições oferecem cursos de pós-graduação e 233 carreiras de licenciatura.

Na classificação anterior, os termos oficial, particular e particular-livre foram utilizados de acordo com o seguinte critério:

Oficial — são as instituições de ensino superior criadas por legislação do Congresso da União ou dos Congressos dos Estados ou decreto do Governo Federal ou das Entidades Federais, com caráter de instituições públicas centralizadas ou descentralizadas (Universidades Autônomas).

Particular — corresponde às instituições criadas e financiadas por organismos privados (Associações Cívicas), cujos programas de cursos são reconhecidos pela Secretaria de Educação Pública ou pelo Governo do Estado local, ou cujo ensino tenha sido incorporado por uma instituição de ensino superior oficial com autorização legal.

Particular-livre — corresponde às instituições criadas por organismos públicos ou privados (Associações Cívicas), cujo reconhecimento de validade oficial do programa dos cursos é outorgado mediante concordância expressa do Presidente da República, com base no Artigo 7º do Regulamento para Revalidação de Graus e Títulos Outorgados por Escolas Livres Universitárias, de 26 de junho de 1940.

Os níveis de ensino se definem da seguinte forma:

Nível de Pós-Graduação: corresponde ao doutoramento, mestrado e cursos de especialização posteriores à licenciatura, cuja finalidade é a formação de pesquisadores, professores e especialização de profissionais, mediante a atualização e renovação de conhecimentos.

Nível de Licenciatura: Este nível superior compreende os estudos posteriores ao "bacharelato", cuja finalidade é a formação que capacita para exercer uma atividade profissional especializada.

No que se refere aos cursos de pós-graduação, no México, podem ser realizados os seguintes: doutoramento, mestrado ou especialização, conforme as descrições:

1) *Doutoramento:* este nível de estudos tem como objetivo geral preparar o profissional para a pesquisa básica ou para a pesquisa aplicada, exigindo-se o requisito de originalidade em ambos os níveis de pesquisa.

2) *Mestrado:* os objetivos deste nível educacional são: formar profissionais em áreas específicas do conhecimento para realizar pesquisa de caráter adaptativo, e capacitar para o exercício profissional em alto nível de especialização disciplinar, que pode ser enfocada para os campos científico, tecnológico ou humanístico.

3) *Cursos de Especialização:* o objetivo destes cursos é o aperfeiçoamento do nível acadêmico do pessoal docente ou administrativo. Oferece, deste modo, um amplo conhecimento em campo restrito de uma disciplina e capacita para a adaptação de métodos e técnicas particulares para problemas específicos dessa disciplina.

O sistema de ensino superior no México, a nível de pós-graduação, evoluiu rapidamente nos últimos vinte anos. Em 1959, somente cinco instituições de ensino superior ministravam cursos de pós-licenciatura; em 1969, esse número aumentou para treze. Os cursos de pós-graduação no México foram desenvolvidos, entre outras razões, por dois importantes antecedentes: em primeiro lugar, por um dos acordos a que se chegou na XIII Assembléia da ANUIES (Villahermosa, Tab. 1971), através da qual se insistiu na necessidade de dar impulso aos cursos de pós-graduação por meio do "Programa Nacional de Formação de Professores", instituído pela própria Associação em Reunião Extraordinária (Toluca, Estado do México, 1971), cujos propósitos foram integrar e aperfeiçoar o corpo docente das universidades e institutos de ensino superior. É por isto que, à data (1979), se contava com 75 instituições educacionais que reuniam 719 especialidades, distribuídas em 97 doutoramentos, 430 mestrados e 192 cursos de especialização.

A fim de conhecer o número de instituições que oferecem, no México, cursos de pós-graduação, apresenta-se o seguinte quadro:

Número de instituições segundo o nível dos cursos que ministram
México, 1979

	Doutoramento	Mestrado	Curso de Especialização
No País	15	67	30
Nos Estados	8	47	17
No Distrito Federal	7	20	13

Número de instituições de ensino superior no México 1978-1979

	NO PAÍS	NOS ESTADOS	NO D.F.
TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	260	198	62
Oficiais	156	133	23
Particulares	96	63	33
Particulares-Livres	8	2	6
UNIVERSIDADES	69	51	18
Oficiais	37	33	4
Particulares	32	18	14
INSTITUTOS E TECNOLÓGICOS	101	87	14
Oficiais	76	73	3
Particulares	23	13	10
Particulares-Livres	2	1	1
COLÉGIOS, CENTROS E ESCOLAS	90	60	30
Oficiais	43	27	16
Particulares	41	32	9
Particulares-Livres	6	1	5

No país: Níveis de ensino

	PÓS-GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MÉDIO SUPERIOR (Bachillerato)
TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	75	233	94
Oficiais	50	135	66
Particulares	21	92	27
Particulares-Livres	4	6	1
UNIVERSIDADES	36	69	37
Oficiais	24	37	24
Particulares	12	32	13
INSTITUTOS E TECNOLÓGICOS	18	86	52
Oficiais	12	62	42
Particulares	4	22	9
Particulares-Livres	2	2	1
COLÉGIOS, CENTROS E ESCOLAS	21	78	5
Oficiais	14	36	0
Particulares	5	38	5
Particulares-Livres	2	4	0

Nos estados: Níveis de ensino

	PÓS-GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MÉDIO SUPERIOR (Bachillerato)
SOMA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	49	182	81
Oficiais	33	119	64
Particulares	14	62	16
Particulares-Livres	2	1	1
INSTITUIÇÕES E TECNOLÓGICOS	13	76	48
Oficiais	9	61	41
Particulares	3	14	6
Particulares-Livres	1	1	1
COLÉGIOS, CENTROS E ESCOLAS	9	55	3
Oficiais	4	25	0
Particulares	4	30	3
Particulares-Livres	1	0	0

No Distrito Federal: Níveis de ensino

	PÓS-GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MÉDIO SUPERIOR (Bachillerato)
SOMA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	26	51	13
Oficiais	17	16	2
Particulares	7	30	11
Particulares-Livres	2	5	0
UNIVERSIDADES	9	18	7
Oficiais	4	4	1
Particulares	5	14	6
INSTITUTOS E TECNOLÓGICOS	5	10	4
Oficiais	3	1	1
Particulares	1	8	3
Particulares-Livres	1	1	0
COLÉGIOS, CENTROS E ESCOLAS	12	23	2
Oficiais	10	11	0
Particulares	1	8	2
Particulares-Livres	1	4	0

4 – DESENVOLVIMENTO, ACESSO E EFICÁCIA DO ENSINO SUPERIOR

A explosiva demanda social do ensino, geradora do desproporcionado crescimento das atuais instituições educacionais, no México, foi detectada desde os anos sessenta. Não obstante, as instituições não estavam preparadas para atender à demanda projetada no início da atual década, não só quanto aos recursos materiais, instalações, equipamentos e financiamento como também quanto aos recursos humanos exigidos para a formação dos aspirantes aos níveis médio superior e superior que bateriam às suas portas.

Os temores não eram infundados, já que em 1959 o sistema de ensino superior atendia a 70.728 estudantes e, para 1970, a população estudantil havia chegado a 194.090, e se estimava que o crescimento para os próximos cinco anos seria de 30%. Conseqüentemente, todos os critérios de planejamento se orientaram para a demanda social.

A explosão demográfica nas instituições de ensino superior do país condicionou as políticas educacionais em função do crescimento que deviam ter para satisfazer a demanda prevista.

Por outro lado, as universidades – enquanto organismos autônomos – vêm planejando sua própria evolução. A autonomia universitária, como instrumento para preservar a liberdade de cátedra e de autogoverno, já faz parte do conceito mexicano de Universidade. Isto representa grandes vantagens com respeito a sua atitude independente e a sua consciência crítica, mas tem estimulado, também, que cada instituição planeje seu desenvolvimento de forma independente. Ainda que nas assembleias da ANUIES se tenha chegado a um acordo quanto a ações para o futuro, com a idéia de um planejamento universitário nacional, os mencionados acordos não tiveram um caráter resolutivo pelo que, todavia, cada instituição determina suas ações de forma individual.

Entre os diversos fatores que impediram o planejamento integral e integrado do ensino universitário mexicano encontramos um respeito mal entendido pela autonomia, a falta de mecanismos de planejamento para atacar os grandes problemas que afligem o país e a inexistência de canais de comunicação adequados, indispensáveis para procurar e manter o desenvolvimento harmônico nacional.

Por estas razões, o crescimento e a adequação do sistema de ensino superior teve como motor as expectativas particulares de cada instituição, o que resulta que não se tenha podido planejar a produção de recursos humanos, que demanda o país, nem a pesquisa científico-tecnológica, que seu desenvolvimento exige de acordo com a nossa realidade sócio-econômica.

A fragmentação do planejamento universitário não é, em si, má; o que a faz negativa é que se isola de seu contexto social ao atuar fora de sua realidade. Para que cada instituição pudesse planejar seu desenvolvimento corretamente, seria necessário que primeiro conhecesse os planos de desenvolvimento da Nação (ou da entidade onde se localiza), assim como suas limitações. É, portanto, indispensável que a informação entre a instituição e o governo se amplie.

A distribuição atual dos recursos humanos formados pela universidade mexicana evidencia esta dramática realidade: as quatro quintas partes dos egressos de nossas instituições de ensino superior de 1950 foram preparadas para integrar-se ao setor terciário ou de serviços; o restante encontra-se nos setores secundário e primário de nosso sistema econômico.

Parece que o ensino superior, no México, comporta-se mais como objeto de consumo que como bem social. Isto significa que se planejou a demanda em termos de construções, financiamento e equipamentos, limitando o planejamento à necessidade de dar entrada a um maior número de estudantes.

Há um grande vazio em relação ao que o sistema de ensino superior restituirá à sociedade em função dos insumos que recebe. O planejamento educacional deixou fora de suas análises e projeções uma colocação essencial: como e onde se integrarão os egressos de nosso sistema de ensino superior, projetados para a próxima década? Como ajudarão eles no desenvolvimento do país?

Os problemas mais graves de nossas instituições de ensino superior ocorrem, basicamente, porque funcionam fora do seu contexto real. A grande maioria dessas instituições tem surgido,

ou se tem reestruturado, imitando modelos que respondem a realidades diferentes no tempo e no espaço.

Em geral, podemos alegar que a política de planejamento educacional tem podido modificar as estruturas tradicionais e, por isso, não responde à transformação estrutural que delas exige não só o sistema de ensino nacional, como também a realidade sócio-econômica de que são parte.

O mais dramático é que a própria política do ensino decorre de um planejamento fundamentado na demanda social e se tem sujeitado ao sistema de ensino tradicional, reforçando as estruturas sociais tradicionais. Pode-se observar a distribuição da população escolar por áreas de conhecimento. Sua descrição percentual é a seguinte: 3,4% em ciências exatas, 34,2% em engenharia, 21,1% em biomédicas, 3,4% em humanidades. Mas, além disso, é necessário insistir que, em números absolutos, 77% dos estudantes de ciências sócio-administrativas encontram-se nas carreiras de Comércio e de Direito.

Em contraste com a grande demanda pelas carreiras tradicionais (a administração e o exercício da lei contam, em 1973, com 76.500 profissionais em potencial, a engenharia com 100.000 e a medicina com 63.000, que manifestamente reforçam os valores e a economia das classes médias), a análise da matrícula do ensino superior no México demonstra que somente temos, em 1973, 12.800 estudantes orientados para o desenvolvimento científico da agricultura, 11.500 que se dirigem às atividades humanísticas e somente 10.000 ao estudo das ciências exatas.

A partir desta análise global, e levando em conta o número de matrículas, não será arriscado afirmar desde já que o desenvolvimento da cultura nacional não se realizará com base nas áreas humanísticas de nossas universidades; tampouco o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do país poderá obter-se através dos profissionais surgidos de nosso sistema educacional, nem se poderá acelerar o desenvolvimento agropecuário com somente 4% de seus profissionais, em potencial, canalizados para estes estudos.

O ensino superior não corrigirá suas tendências espontaneamente, e o efeito desta deformação terá grandes repercussões à medida em que as instituições se façam maiores. Por isto, de alguma forma, tanto o sistema universitário como o tecnológico deverão buscar medidas corretivas que estejam de acordo com o desejo da Nação, que é o de encontrar o caminho para seu desenvolvimento, e somente mediante o planejamento, com uma mística do bem-comum, poderá romper este aparente equilíbrio. O mais perigoso é deixar as coisas como estão, o que seria a política do não fazer nada, pois, assim, provaria que o ensino superior não somente não contribuiria para o procurado desenvolvimento, como seria o causador direto de outros e mais graves problemas sociais.

A universidade mexicana, que cresceu caoticamente por responder às demandas de grupos específicos, à pressão demográfica e às crises econômicas e políticas, pode, contudo, retificar o seu caminho através de um esforço adequado. A ausência de planejamento, tantas vezes invocada como o fator determinante dos problemas do sistema de ensino superior, é uma ausência que se deve explicar pela falta de planificação em outros campos da sociedade, já que não é possível imaginar que, em uma sociedade não planificada, seu sistema educacional o seja.

O crescimento das instituições de ensino superior e o planejamento fundamentado unicamente na demanda e na expansão deram vida à ilusão de que teria havido uma mudança na educação.

O ensino superior no país desenvolveu-se quantitativamente: de 1967 a 1970, duplicou-se a população escolar, o crescimento do corpo docente foi quase proporcional ao do discente e o orçamento federal para o ensino superior triplicou, em 1971. Da mesma forma, as instituições aumentaram de tamanho e suas necessidades de recursos humanos e financeiros tiveram que ser ampliadas em relação à complexidade de sua administração.

As mudanças de nossa sociedade e de nossa economia não foram assimiladas, por nossas instituições de ensino, com a mesma rapidez com que se produziram, apesar de o sistema tecnológico, que parte de um planejamento central, representado pela SEP, ter procurado destacar as carreiras ligadas ao desenvolvimento nacional. Em virtude disto, estabeleceu-se um siste-

ma flexível, o chamado reticular, que oferece toda uma gama de alternativas acadêmicas.

Contudo, o sistema tecnológico atende a poucos alunos fora da zona metropolitana do Vale do México, o que reflete as conseqüências da concentração de serviços e de indústria em algumas zonas do país. A UNAM e o IPN continuam absorvendo o maior número de estudantes; 41% dos estudantes do sistema universitário concentram-se na UNAM e 78% do sistema tecnológico no IPN, confirmando-se assim que, em nossa sociedade, o ensino não é somente um fator condicionante, mas, também, condicionado.

A educação reflete as características específicas de uma sociedade. Por isso, vemos que um sistema com planejamento fragmentado, como é o universitário, e um outro com planejamento central, como é o tecnológico, chegam ao mesmo fenômeno de centralização, como demonstram a UNAM e o IPN, o que equivale dizer que não somente o planejamento do sistema como, também, outros fatores externos a ele são os que fazem que sua configuração reflita as características do contexto social. No México, o centralismo social, político e econômico determinou o crescimento centralizado do sistema educacional, assim como a aparente falta de planejamento do ensino superior.

Procurou-se modificar o centralismo do sistema educacional com a descentralização universitária, com o crescimento do sistema tecnológico e com o auxílio às instituições de província, mas, ao mesmo tempo, permitiu-se que o crescimento do sistema de ensino superior respondesse aos padrões estruturais do centro político, econômico e cultural do país. As instituições aumentaram sua capacidade de serviço, mas insistem em tomar como modelo os grandes centros tradicionais como a UNAM e o IPN. A distribuição da população escolar por áreas do conhecimento assim o assinala.

As porcentagens da população escolar em cada área mostram um paralelismo entre a UNAM e o IPN e as instituições de províncias. A única exceção é a especialidade em ciências agropecuárias, onde se calcula que 6,9% não foram planejados, pois o crescimento e a diversificação estão em inter-relação com as cidades e regiões, nas quais surgem e crescem as instituições de ensino superior. Tão somente se imitam estruturas políticas acadêmicas e administrativas, planos e programas de estudo e, o que é mais grave, o modelo do profissional formado no centro.

O fenômeno já começa a ser observado nas zonas metropolitanas de Monterrey e Guadalajara, que são também zonas de concentração de poder político e econômico e onde o rápido crescimento do ensino superior se dá como um fator a mais, paralelo aos que se concentram nelas. Assim, podemos ver que a zona metropolitana do Vale do México tem uma porcentagem três vezes maior que o promédio nacional. A população de Monterrey é 0,5 vezes maior que o dito promédio e a de Guadalajara, apesar de inferior ao promédio nacional, também é consideravelmente mais ampla que no resto das regiões.

É sensivelmente notável a grande evasão e a baixa eficiência terminal nas instituições de ensino mexicanas. Se analisarmos o número de egressos, comparando-os com os que ingressaram quatro anos antes, constatamos que a eficiência terminal tem apresentado constante declínio. Assim, podemos observar que a geração 67-71 de 58,2%, baixou de forma constante e, nas gerações seguintes, poderá baixar de 51% para 48%. Se não houver mudanças estruturais importantes, chegar-se-á a 39,7%, o nível mais baixo na história do ensino superior. Atualmente, com os dados históricos concluídos, podemos calcular que a eficiência terminal da geração 71-75 está em 49%.

A eficiência terminal, analisada desta forma, não considera somente aqueles indivíduos da geração que começam e terminam quatro anos depois, mas, também, inclui todos os que chegaram ao quarto ano, incluindo aqueles que provêm de gerações anteriores, por terem sido reprovados ou por terem estado fora das instituições por algum tempo. Se se tomasse, estritamente, a geração que começou em um ano e que quatro anos depois devesse sair, estas cifras seriam ainda menores.

Podemos analisar a eficiência terminal do sistema de instituições públicas. Aqui, vemos que, nos anos de 1970 e 1971, ingressaram 56.431 estudantes para saírem, em 1974, 26.475, com uma eficiência terminal de 46,9%. A diferença nos anos de ingresso deve-se a que nem to-

das as instituições possuem cursos de quatro anos, mas que em algumas os cursos eram, em 1975, de cinco anos. Podemos ver que a eficiência terminal de 46,9% das instituições públicas é bem mais baixa que a do sistema em seu conjunto, que apresenta 49,1% de eficiência terminal.

No sistema público a eficiência da UNAM e das universidades estatais é ligeiramente maior que a eficiência terminal do Politécnico e dos Institutos Tecnológicos Regionais. No sistema de ensino superior de instituições públicas, a baixa eficiência terminal deve-se, não somente a que as condições econômicas obrigam os estudantes a abandonarem a carreira, como também a que — como pudemos apreciar — as instituições vão declinando em sua eficiência terminal. Pode-se explicar isto pelo grande número de inscrições nas instituições, o que obriga, naturalmente, a improvisar mestres ou a ter um número maior de alunos atendidos por um mesmo professor, o que baixa o rendimento acadêmico institucional. O que é inevitável, pois o abrir as portas do ensino superior teria exigido que, de forma concomitante, se estabelecessem programas de massa para a formação de pessoal docente.